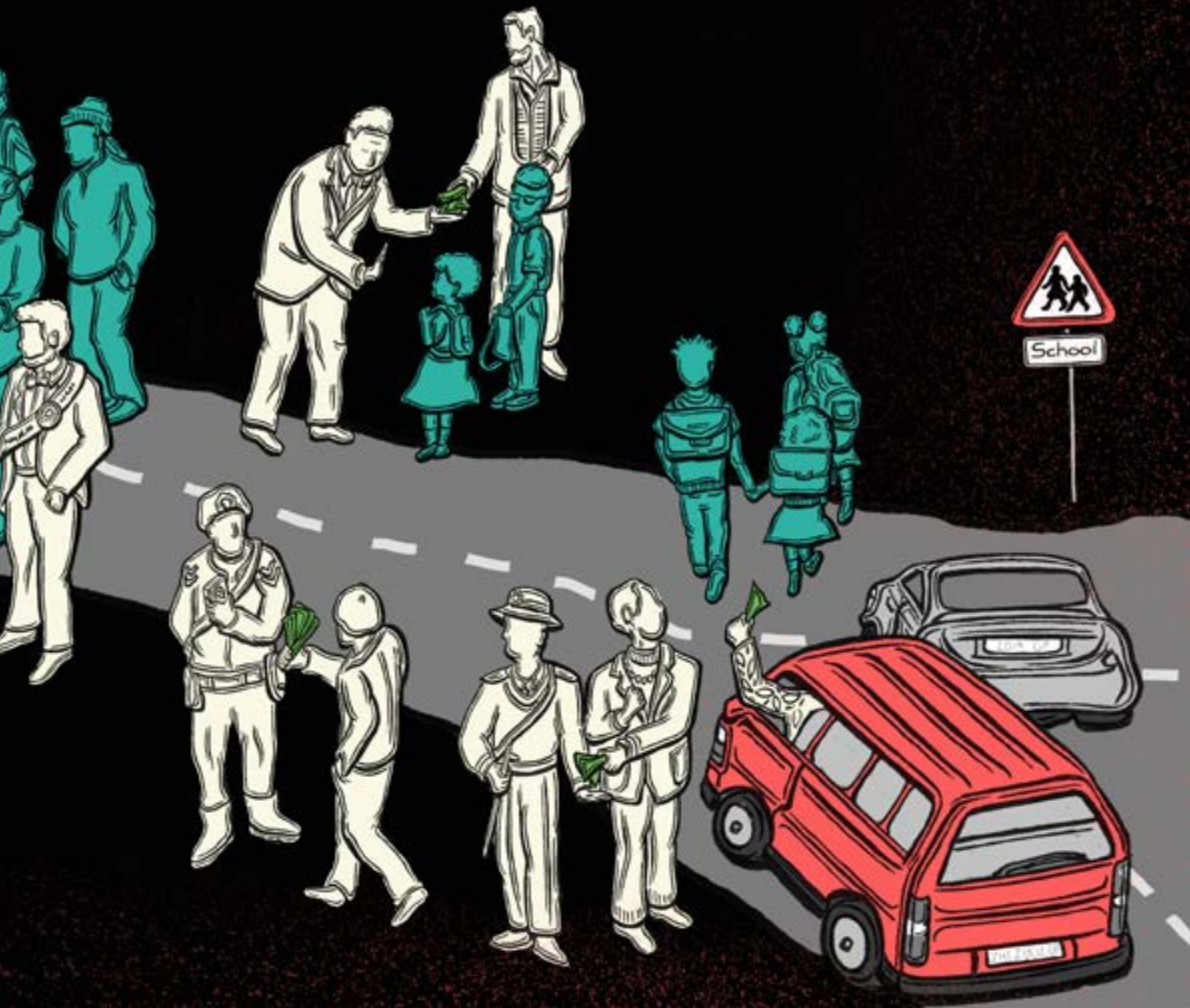
TRANSPARENCY INTERNATIONAL
the global coalition against corruption
25 YEARS

AFRO BAROMETER 1999-2019
20 years of giving voice to Africans

BARÓMETRO GLOBAL DA CORRUPÇÃO **ÁFRICA 2019**

OPINIÃO E EXPERIÊNCIA DOS CIDADÃOS SOBRE A CORRUPÇÃO



A Transparency International é um movimento global com uma só visão: um mundo no qual governos, empresas, sociedade civil e a vida diária das pessoas estejam livres de corrupção. Com mais de 100 capítulos em todo o mundo e um Secretariado Internacional em Berlim, somos líderes na luta contra a corrupção para transformar a nossa visão em realidade.

www.transparency.org

Afrobarometer

A Afrobarometer lidera uma rede de pesquisa pan-africana e não partidária que realiza pesquisas sobre atitudes em relação à democracia, governação, condições económicas e questões relacionadas em África.
Os pesquisas da Afrobarometer são implementados por cerca de 35 parceiros nacionais nos países abordados, sob a coordenação regional do Ghana Center for Democratic Development (CDD-Ghana), o Institute for Justice and Reconciliation (IJR), na África do Sul, e o Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi, no Quénia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) fornecem apoio técnico à rede.
As publicações da Afrobarometer sobre as 7 rondas de pesquisas (1999-2018) em até 38 países encontram-se disponíveis aqui: **www.afrobarometer.org**.
Para consultar dados sobre alguma questão referente às 7 rondas de pesquisas, visite o site de análise de dados da Afrobarometer em: **www.afrobarometer.org/online-data-analysis**.

Autores: Coralie Pring, Jon Vrushi
Com a contribuição de: Afrobarometer
Designer: Sophie Everett | **sophieeverett.com.au**
Imagem da capa: Zhi Zulu | **zhizulu.com**

Todo o esforço foi feito para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Todas as informações foram consideradas corretas em julho de 2019. No entanto, a Transparency International não pode aceitar a responsabilidade pelas consequências do seu uso para outros fins ou noutros contextos.

ISBN: 978-3-96076-124-2

2019 Transparency International. Exceto onde indicado em contrário, este trabalho está licenciado sob CC BY-ND 4.0 DE. Citação permitida. Entre em contacto com a Transparency International - copyright@transparency.org – sobre solicitações de derivativos.

BARÓMETRO GLOBAL DA CORRUPÇÃO ÁFRICA 2019

ÍNDICE

2-7
Resumo
O pesquisa
Principais conclusões
Recomendações

8-13
O que é que os cidadãos em África pensam sobre os níveis de corrupção?
Corrupção em ascensão
Os governos não estão a fazer o suficiente
Corrupção por instituição

14-18
Como é que os cidadãos são afetados pela corrupção?
Suborno e corrupção
Quem paga subornos?

18-21
Tomar medidas
Os cidadãos podem ajudar a impedir a corrupção
Denúncias de corrupção
Espaço cívico
Governos responsáveis

22
Conclusão

23
Nota sobre a metodologia
Afrobarometer
Omega Research
Comparação

25-28
Cartões nacionais

29-31
Notas finais

RESUMO

A corrupção impede o desenvolvimento económico, político e social da África. É um grande obstáculo para o crescimento económico, uma boa governação e liberdades básicas, tais como a liberdade de expressão e o direito dos cidadãos de exigirem que os seus governos prestem contas.

foto: iStock.com/Joel Carillet

Mais do que isso, a corrupção afeta o bem-estar de indivíduos, famílias e comunidades. Embora varie bastante entre países e instituições públicas, a corrupção prejudica centenas de milhões de cidadãos ao minar as suas oportunidades de um futuro estável e próspero.

Esta décima edição do *Barómetro Global da Corrupção – África* mostra que a gama de desafios referentes à corrupção que os cidadãos africanos enfrentam é complexa e multifacetada, portanto, exige mudanças fundamentais e sistémicas.

Esta edição também destaca que embora a maioria das pessoas abordadas sinta que a corrupção aumentou no seu país, a maioria também acredita que elas, como cidadãos, podem fazer a diferença no combate à corrupção.

Eventos recentes na Gâmbia mostram como os cidadãos podem exercer um papel fundamental na realização destas mudanças. Os cidadãos da Gâmbia exigiram uma maior integridade do governo, forçando os líderes políticos a responderem e a fortalecerem as estruturas nacionais de combate à corrupção. O regime autocrático do Presidente Jammeh foi derrubado, e há sinais encorajadores de que a opacidade, a repressão e a violação dos direitos básicos que marcaram o seu governo estão a ser lentamente revertidas.

Atores não africanos também exercem um papel considerável no fomento da prática de corrupção em África e no desvio de recursos críticos que deveriam ser usados em serviços públicos essenciais. Empresas estrangeiras continuam a subornar funcionários públicos em todo o continente para obter vantagens injustas durante os processos de contratação e para assegurar acordos superfacturados ou que não geram benefícios reais. Quando o dinheiro que deveria ser usado para financiar serviços essenciais, tais como saúde e educação, é levado para fora do país devido à corrupção, os cidadãos comuns são os que mais sofrem.

O pesquisa

O *Barómetro Global de Corrupção (GCB) – África*, publicado pela Transparency International em parceira com a Afrobarometer, apresenta os dados de opinião pública mais detalhados e amplos sobre os pontos de vista dos cidadãos sobre a corrupção e as suas experiências diretas de suborno na África.

Com base no trabalho de campo realizado em 34 países entre 2016 e 2018 pela Afrobarometer, bem como numa pesquisa realizada pela Omega Research, o barómetro GCB incorpora as opiniões de mais de 47.000 cidadãos em 35 países de toda a África.[1]

A nossa investigação **mostra que mais de metade dos cidadãos acha que a corrupção está a piorar no seu país e que o seu governo não está a fazer um bom trabalho no combate à corrupção**.

O barómetro GCB constatou que **mais de uma em cada quatro** pessoas que acederam a serviços públicos, como cuidados de saúde e educação, **pagaram subornos no ano anterior**. **Isso equivale a aproximadamente 130 milhões de cidadãos** nos 35 países pesquisados.[2]

O GCB também revela como a corrupção está a afetar de maneira desproporcional as pessoas mais vulneráveis. Por exemplo, as **pessoas mais pobres são duas vezes mais propensas a pagarem subornos do que as pessoas mais ricas** na África. Pagar subornos por serviços públicos essenciais significa que as famílias mais pobres têm menos dinheiro para necessidades básicas, tais como comida, água e remédios.

Apesar desta informação, o GCB nutre esperança por mudanças positivas. **Mais de metade das pessoas em África acha que os cidadãos podem ajudar a impedir a corrupção.**

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

01

A corrupção está em ascensão

Mais de metade (55%) de todos os cidadãos acha que a corrupção aumentou nos últimos 12 meses. Apenas 23% acham que diminuiu.

02

Muitos governos não estão a fazer o suficiente

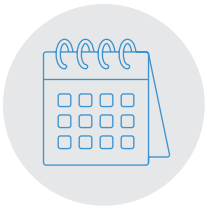
Apenas um em cada três cidadãos (34%) acha que o seu governo está a fazer um bom trabalho no combate à corrupção, enquanto 59% classificam o desempenho do seu governo como insuficiente.

03

As preocupações com a integridade dos funcionários públicos continuam altas

Entre as principais instituições públicas, a polícia é vista como a mais corrupta: 47% das pessoas dizem que grande parte ou toda a polícia é corrupta. Quase quatro em cada 10 cidadãos pensam que a maioria ou todos os funcionários do governo (39%) e parlamentares (36%) são corruptos. Estes resultados são consistentes com a última ronda de resultados de 2015, quando os cidadãos também expressaram que a polícia era a instituição mais corrupta.

SOBRE A PESQUISA



CONDUZIDO ENTRE

SETEMBRO DE 2016 E SETEMBRO DE 2018

AFROBAROMETER & OMEGA RESEARCH

CONDUZIRAM A PESQUISA

35

PAÍSES ABORDADOS

47.000+

PESSOAS COM MAIS DE 18 ANOS PARTICIPARAM

PRESENCIALMENTE

& COM REPRESENTATIVIDADE NACIONAL

04

As exigências de suborno são uma ocorrência regular para muitas pessoas

Mais de um em cada quatro cidadãos que usam serviços públicos, tais como cuidados de saúde e educação, pagaram algum tipo de suborno no ano anterior. Isso equivale a aproximadamente 130 milhões de pessoas.

05

A experiência das pessoas com suborno varia

Os homens são mais propensos a pagarem subornos do que as mulheres; as pessoas mais pobres são duas vezes mais propensas a pagarem subornos do que as pessoas mais ricas e os jovens entre 18 e 34 anos de idade são mais propensos a pagarem subornos do que as pessoas com 55 anos ou mais.

06

Apesar do medo de retaliação, os cidadãos podem fazer a diferença

Dois terços dos cidadãos temem retaliação caso denunciem corrupção. No entanto, apesar disso, mais de metade dos cidadãos entrevistados (53%) acha que as pessoas comuns podem fazer a diferença na combate à corrupção.

Recomendações

A corrupção em África tem um impacto direto na vida dos cidadãos. Ela prejudica a integridade e a eficácia das instituições africanas e priva os governos de receitas fiscais extremamente necessárias. Embora sejam bem-vindas iniciativas para combater a corrupção em instituições específicas, como a polícia ou o parlamento, o combate à corrupção em África requer uma abordagem sistémica e holística, incluindo medidas tomadas fora de África.

África

Os governos devem colocar em prática compromissos anticorrupção e devem:

+ Ratificar, implementar e reportar de acordo com a Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate à Corrupção (AUCPCC).
+ Investigar, processar e penalizar todas as denúncias de casos de corrupção no setor público e privado, sem exceção.
+ Desenvolver padrões mínimos e diretrizes para contratações éticas e estabelecer práticas sólidas de contratação em todo o continente através de formação, acompanhamento e pesquisa.
+ Adotar práticas de contratação abertas, que tornem os dados e a documentação mais claros e fáceis de analisar e garantir a transparência nos procedimentos de contratação.
+ Criar mecanismos para recolher as denúncias de cidadãos e fortalecer a proteção oferecida aos denunciantes para garantir que os cidadãos possam denunciar casos de corrupção sem medo de represálias.
+ Permitir que a imprensa e a sociedade civil exijam a prestação de contas aos governos.
+ Apoiar a transparência no financiamento de partidos políticos.
+ Permitir a cooperação transfronteiriça para combater a corrupção.

Enquanto os cidadãos africanos sofrem as consequências da corrupção, indivíduos corruptos ainda são capazes de se esconder atrás de empresas anónimas e de ocultar os seus fundos ilícitos no exterior, comprar imóveis de luxo, carros e outros bens com dinheiro público e garantir um refúgio seguro para si, para as suas famílias e os seus bens roubados.

+ As autoridades nacionais devem estabelecer registos públicos que nomeiem os proprietários efetivos de empresas de fachada, permitindo que os candidatos a contratos públicos sejam vetados e impedindo que indivíduos que mantêm as suas identidades em segredo tirem vantagem de atividades criminosas e mantenham o seu dinheiro sujo sem qualquer tipo de intervenção.
+ Os governos da região devem implementar e fazer cumprir as leis que tratam de ativos desviados: produtos de corrupção e crimes e lavagem de dinheiro.

Internacional

Os governos das principais economias, incluindo os membros do G20 e da OCDE, bem como de centros financeiros *offshore* (jurisdições secretas) também podem ajudar a reduzir a corrupção em África. As autoridades nesses países devem:

+ Estabelecer registos públicos, em regime de dados abertos, que contenham informações sobre os proprietários reais e naturais de empresas e fundos (beneficiario final).
+ Fazer cumprir de maneira eficaz a Convenção da OCDE sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros.
+ Implementar com eficácia os padrões de combate à lavagem de dinheiro da Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI; em inglês, Financial Action Task Force, ou FATF), para evitar que os resultados de atos de corrupção realizados na África passem por mecanismos de lavagem de dinheiro nos seus países.
+ Implementar medidas robustas para devolver ativos desviados aos seus países de origem, incluindo respostas rápidas a pedidos de assistência jurídica, e estabelecer quadros legais para permitir que a sociedade civil e as vítimas da corrupção possam levar os casos de recuperação de ativos aos tribunais.
+ Assegurar que líderes empresariais e conselhos de empresas, incluindo empresas multinacionais que operam na África, implementem de forma efetiva e transparente os mais altos padrões internacionais contra a corrupção e a lavagem de dinheiro.

> **Os africanos acreditam que podem fazer a diferença. Os governos devem facilitar o espaço para que isso aconteça. As disposições da AUCPPC sobre a liberdade da imprensa e da sociedade civil devem ser implementadas em toda a África.**
>
> **Paul Banoba**
> *Assessor Regional para África da Transparency International*

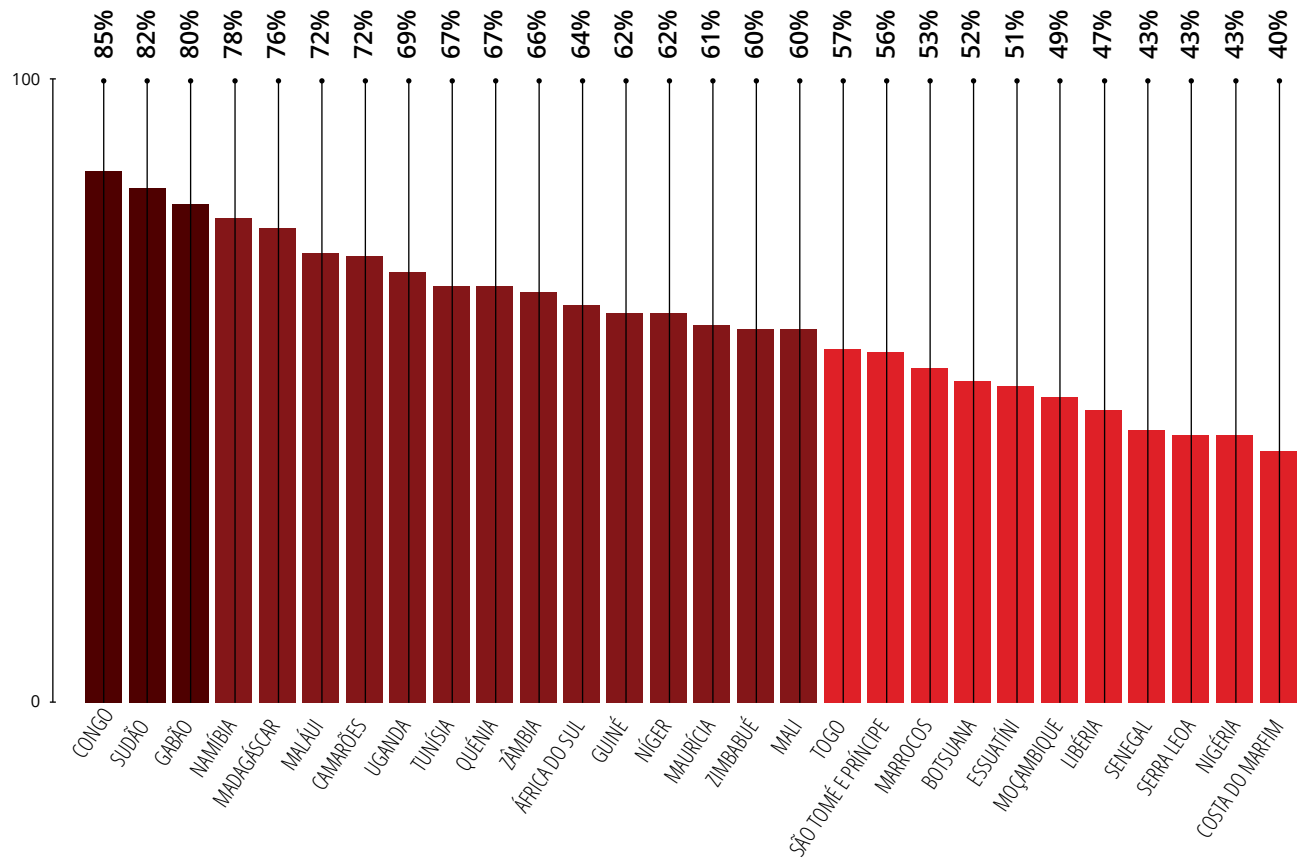
foto: REUTERS/SIPHIWE SIBEKO - stock.adobe.com

O QUE É QUE OS CIDADÃOS NA ÁFRICA PENSAM SOBRE OS NÍVEIS DE CORRUPÇÃO?

Perguntamos às pessoas o que elas achavam sobre a corrupção no seu país: se é prevalente, se está a aumentar ou diminuir e se o governo está a fazer o suficiente para controlá-la. E constatamos o seguinte:

RESULTADOS POR PAÍS

Percentagem de pessoas que pensam que a corrupção aumentou nos últimos 12 meses.[3]

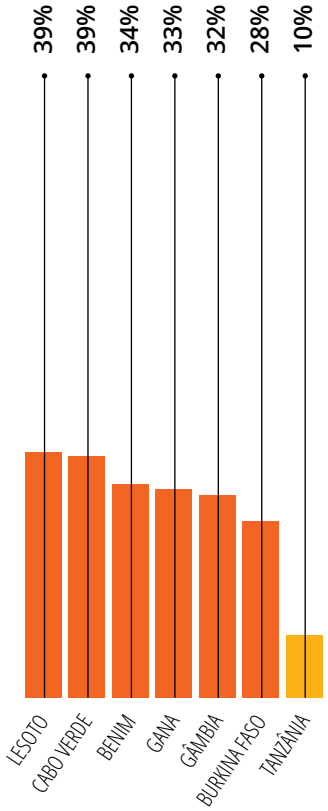


Corrupção em ascensão

A maioria dos cidadãos africanos (55 %) acha que a corrupção aumentou no seu país nos últimos 12 meses, enquanto uma minoria acredita que a corrupção diminuiu (23 %).[4]
A maioria dos cidadãos relatou um aumento de corrupção em 22 dos 35 países abordados, com destaque para a República Democrática do Congo, onde 85% de todos os cidadãos veem a corrupção como uma prática em ascensão. No Sudão e no Gabão, oito em cada dez cidadãos pensam que a corrupção aumentou (83% e 80%, respectivamente).
Em contraste, cerca de metade dos cidadãos no Burkina Faso e na Gâmbia consideram que a corrupção no seu país diminuiu (54% e 46%, respectivamente).

Sudão e Gâmbia em foco

No Sudão, a pesquisa foi realizada antes do Presidente Omar al-Bashir ter sido derrubado do poder pelos militares em abril de 2019. Acusações de corrupção foram feitas contra Bashir como resultado da alegação de que $113 milhões de dólares em dinheiro foram encontrados na sua residência após a sua destituição. Violações dos direitos humanos estão agora a ser cometidas pelos militares, minando qualquer perspectiva a curto prazo de estabilidade e paz.[5]
Em 2016, a Gâmbia elegeu um novo presidente, Adama Barrow, que prometeu trazer direitos políticos e civis para o país após 22 anos de regime autoritário.[6] Mais recentemente, tensões étnicas ressurgiram, causando preocupação com o progresso futuro do país.[7]



55% DAS **PESSOAS** ACHAM QUE **A CORRUPÇÃO AUMENTOU** NOS ÚLTIMOS 12 MESES

23% ACHAM QUE **A CORRUPÇÃO DIMINUIU**

16% ACHAM QUE A CORRUPÇÃO **PERMANECEU A MESMA**

Os governos não estão a fazer o suficiente

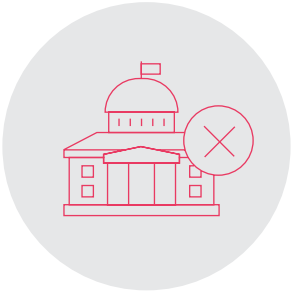
Também perguntamos às pessoas como elas classificam os esforços do seu governo no combate à corrupção. Os resultados mostram uma clara insatisfação com as ações tomadas até ao momento. A maioria dos africanos (59 %) acha que o seu governo está a fazer um trabalho ineficaz em relação aos riscos de corrupção. No entanto, em alguns países, isso é muito mais pronunciado. 87% dos cidadãos no Gabão pensam que o seu governo está a falhar no combate à corrupção, seguido por Madagáscar (83 %) e pelo Sudão (81 %).

Em contraste, 66% dos cidadãos da Serra Leoa pensam que o seu governo está a sair-se bem. 61% dos cidadãos do Lesoto pensam o mesmo.

Madagáscar e Lesoto em foco

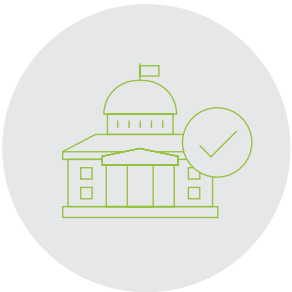
Em 2018, em Madagáscar, o então presidente Hery Rajaonarimampianina foi duramente criticado por tentar mudar a lei eleitoral a seu favor pouco antes de uma nova eleição. Mais recentemente, a agência malgaxe de combate à corrupção iniciou uma ação legal contra mais de metade dos parlamentares do país, que são acusados de aceitar subornos.[8]

No Lesoto, em 2016, o governo introduziu uma lei que proíbe o suborno direto e indireto de funcionários públicos.[9] Desde então, o governo fez uma série de declarações confirmando o seu compromisso com o combate à corrupção. Apesar disso, a impunidade de alguns funcionários públicos continua a ser um problema no país e exige-se que a sociedade civil desempenhe um papel mais importante na tomada de decisões.[10]



59%

ACHAM QUE O SEU GOVERNO ESTÁ **A FAZER POUCO** NO COMBATE À CORRUPÇÃO

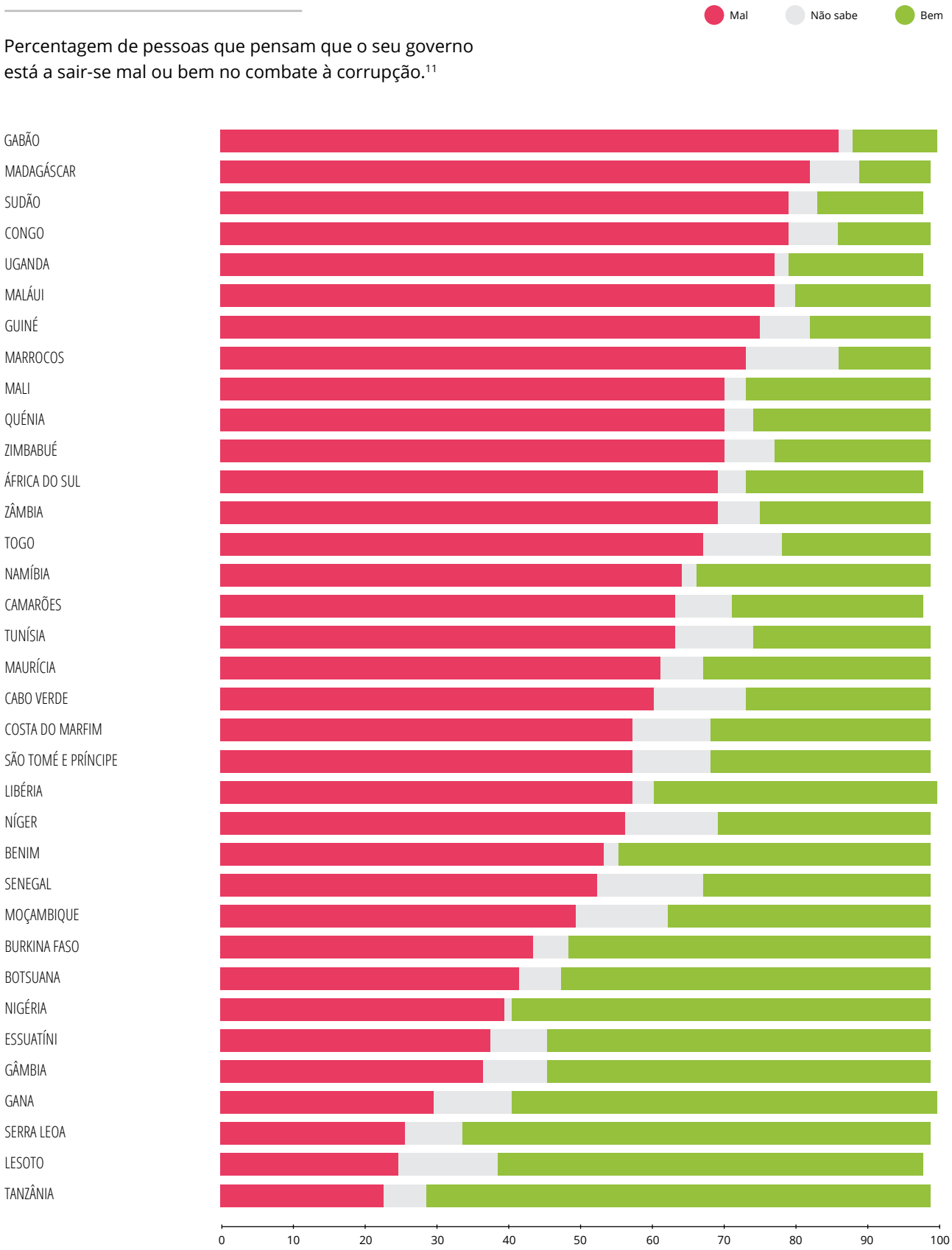


34%

ACHAM QUE O SEU GOVERNO ESTÁ **A FAZER BEM**

RESULTADOS POR PAÍS

Percentagem de pessoas que pensam que o seu governo está a sair-se mal ou bem no combate à corrupção.[11]



Corrupção por instituição

Perguntamos às pessoas o volume de corrupção que elas achavam que existia em várias instituições importantes no seu país. Os resultados mostram que muitas pessoas acreditam que existem altos níveis de corrupção entre policiais, funcionários do governo, políticos e outros.

Resultados por instituição

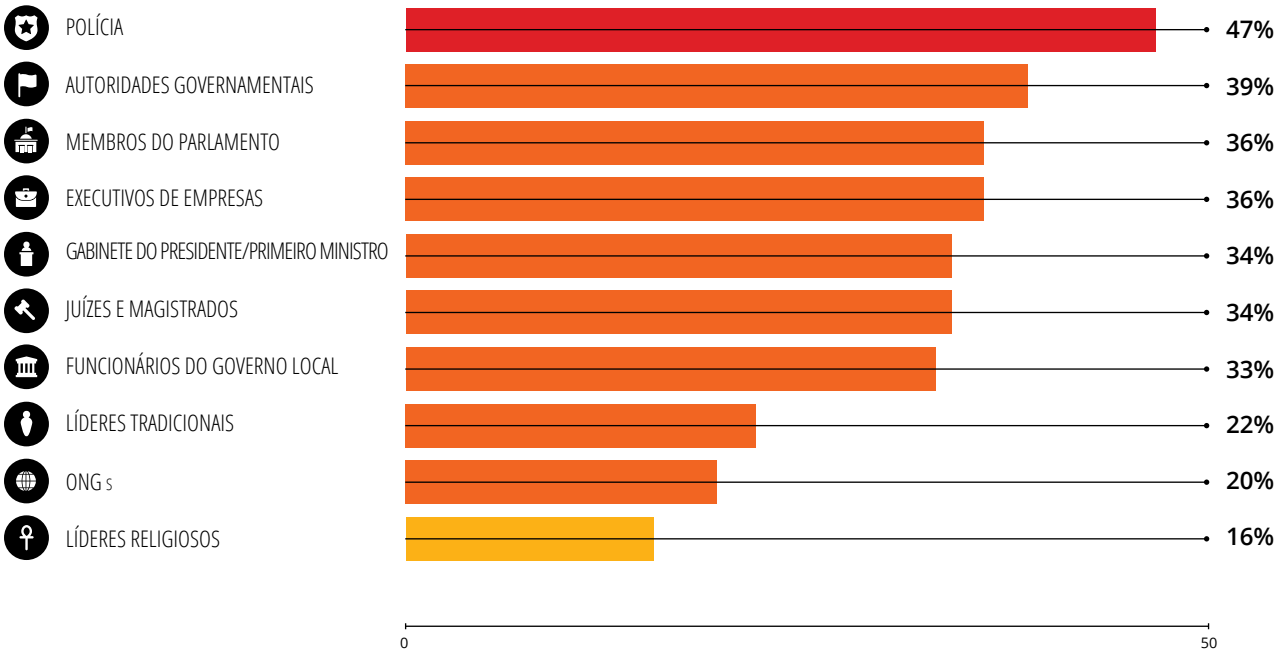
Os cidadãos acham que a polícia é a instituição mais corrupta, sendo que metade (47%) das pessoas acreditam que a maioria ou todos os policiais são corruptos. Isto é consistente com a ronda anterior de pesquisas de 2015, sugerindo que mais trabalho precisa ser feito para melhorar a confiança dos cidadãos na polícia.
Muitos africanos também pensam que a maioria ou todos os funcionários do governo e parlamentares são corruptos (39% e 36%, respectivamente). Os cidadãos tendem a considerar líderes religiosos, líderes tradicionais e ONGs como menos corruptos, mas alguns cidadãos ainda acham que existe corrupção também nesses grupos (16%, 22% e 20%, respectivamente).

Corrupção policial

81% por cento dos cidadãos do Congo pensam que a polícia é corrupta, seguido pelo Gabão (75%) e pelo Uganda (70%). Em contrapartida, a polícia é considerada muito menos corrupta pelos cidadãos de Maurícia, Tunísia e Cabo Verde, onde menos de um quarto acha que a maioria ou toda a polícia é corrupta (19%, 23% e 23%, respectivamente).

RESULTADOS POR INSTITUIÇÃO

Percentagem de pessoas que pensam que a maioria ou todas as pessoas nesses grupos ou instituições estão envolvidas em corrupção.[12]



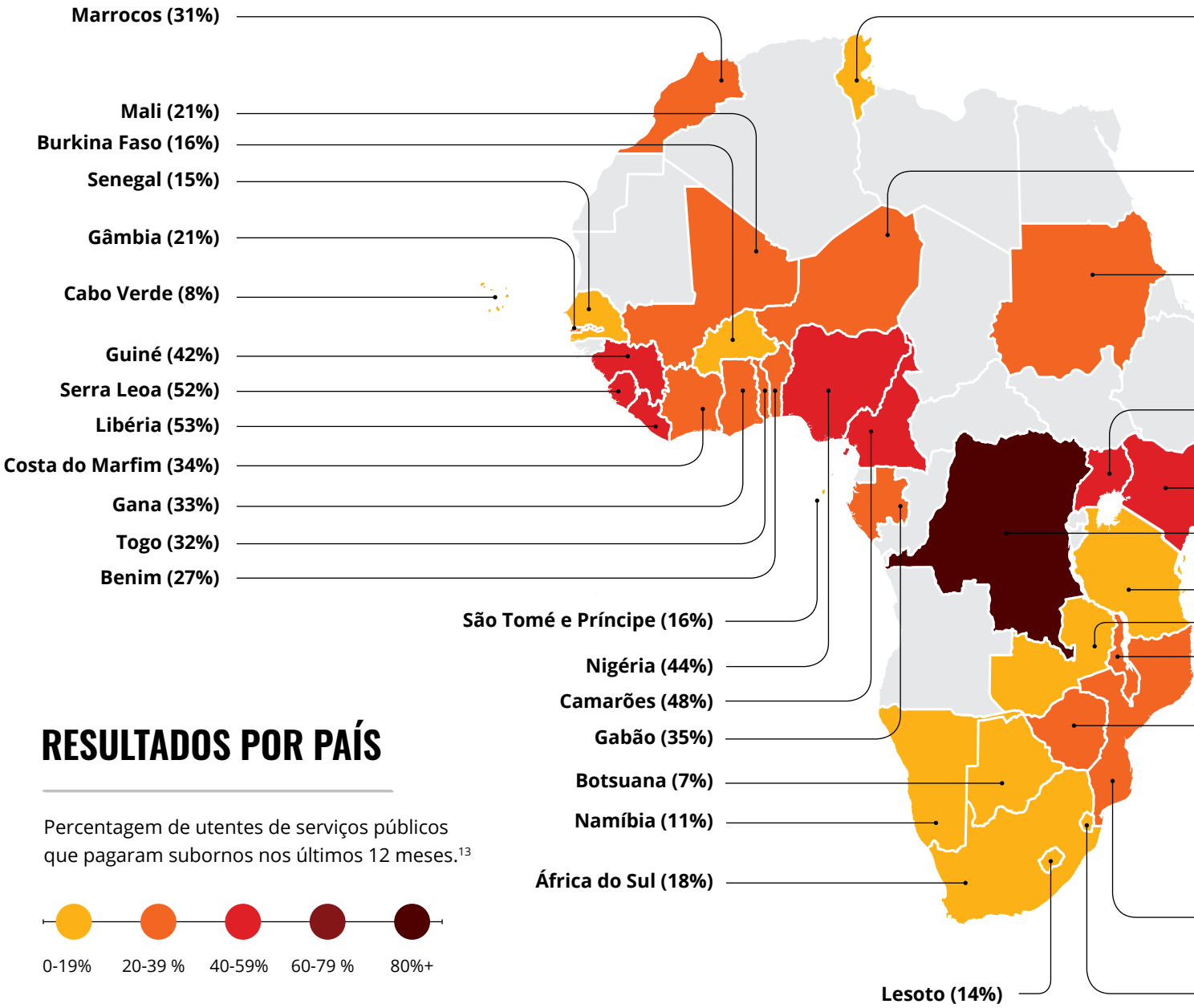
> **A corrupção no setor público existe dentro de um contexto. O suborno e a lavagem de dinheiro como práticas internacionais desviam recursos críticos dos serviços públicos. Os cidadãos comuns são os que mais sofrem.**

Delia Ferreira Rubio
Presidente da Transparency International

foto: "Reforma da segurança é fundamental para proteger as mulheres", Africa Renewal/CC BY-NC-SA 2.0

COMO É QUE OS CIDADÃOS SÃO AFETADOS PELA CORRUPÇÃO?

Perguntamos aos cidadãos sobre as suas experiências com suborno para obter serviços básicos, tais como assistência médica e educação, para entender melhor o que acontece no dia a dia das pessoas. Descobrimos que as experiências das pessoas variam e alguns serviços são melhores do que outros quando se trata de controlar a corrupção.



RESULTADOS POR PAÍS

Percentagem de utentes de serviços públicos que pagaram subornos nos últimos 12 meses.[13]

0-19% 20-39 % 40-59% 60-79 % 80%+

Suborno e corrupção

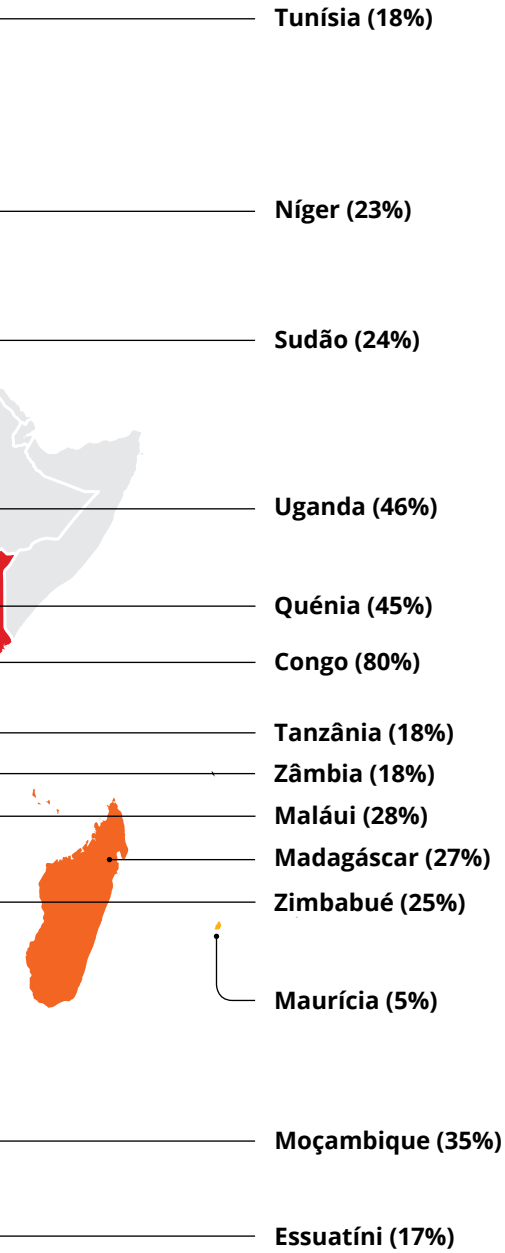
Perguntamos aos entrevistados se tiveram contacto com cinco serviços públicos essenciais no seu país nos últimos 12 meses - polícia, assistência médica, escolas, serviços de emissão de documentos de identificação e serviços de utilidade pública. Perguntamos se tinham pago subornos, oferecido presentes ou feito favores em troca da obtenção dos serviços de que precisavam.

85% dos entrevistados tiveram contacto com pelo menos um serviço público nos últimos 12 meses.

Os resultados mostram que, daqueles que tiveram contacto, mais de uma em cada quatro pessoas (28%) pagou suborno nos últimos 12 meses por serviços básicos, tais como saúde e educação.[14]

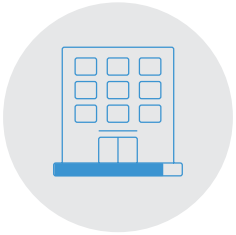
Isso equivale a aproximadamente 130 milhões de pessoas nos 35 países pesquisados que pagaram suborno no ano anterior.[15]

A República Democrática do Congo (RDC) tem a maior taxa de suborno (80%), seguida pela Libéria (53%), Serra Leoa (52%), Camarões (48%) e Uganda (46%). Maurícia mantém a taxa de suborno mais baixa (5%), seguida do Botsuana (7%), Cabo Verde (8%), Namíbia (11%) e Lesoto (14%). No entanto, mesmo nesses países, os governos poderiam fazer mais para impedir subornos em serviços públicos.



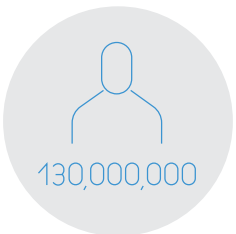
República Democrática do Congo em foco

A República Democrática do Congo é um dos países mais pobres do mundo, apesar de possuir uma riqueza natural inigualável, particularmente, na forma de reservas de petróleo, gás e minerais. O desenvolvimento do país é dificultado por questões de insegurança, conflito e a má gestão dos recursos naturais. Os serviços públicos são fracos, subfinanciados e mal-administrados, tornando os esforços contra a corrupção extremamente difíceis.



85% DOS ENTREVISTADOS TIVERAM CONTACTO COM PELO MENOS UM SERVIÇO PÚBLICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

MAIS DE **UMA ENTRE CADA QUATRO PESSOAS** QUE USARAM UM SERVIÇO PÚBLICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES TIVERAM QUE PAGAR SUBORNO



ISSO EQUIVALE A APROXIMADAMENTE **130 MILHÕES** DE PESSOAS

Resultados por serviço

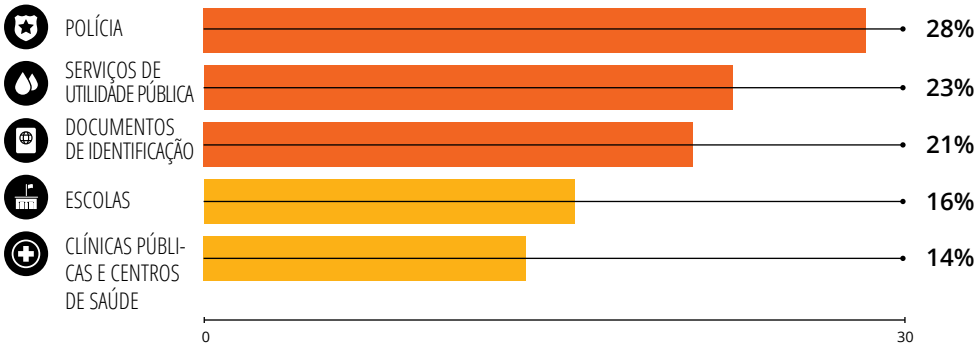
A polícia é o serviço público mais propenso a exigir e a receber suborno, o que corresponde à nossa constatação de que os cidadãos acham que a polícia também é a instituição mais corrupta em África.
As clínicas públicas e os centros de saúde, por sua vez, apresentam taxas baixas de suborno, embora 14% das pessoas que receberam serviços médicos nos últimos 12 meses tenham pago suborno para obter cuidados médicos necessários.
Apesar das clínicas públicas e dos centros de saúde geralmente apresentarem níveis baixos de suborno em comparação com outros serviços, em alguns países, o suborno na saúde é uma experiência comum. Por exemplo, na Serra Leoa, 50% dos cidadãos pagaram suborno por assistência médica, seguido pelo Congo e pela Libéria (43% cada um). Em comparação, no Botsuana, apenas 1% dos cidadãos que entraram em contacto com centros de saúde ou clínicas pagaram suborno, seguidos de Maurícia (2%) e Essuatíni (antiga Suazilândia) (3%).

Serra Leoa e Libéria em foco

Tanto na Serra Leoa quanto na Libéria, as investigações constataram o uso indevido de enormes somas provenientes de doações voltadas ao combate à epidemia do Ébola em 2014. Uma auditoria dos gastos da Cruz Vermelha na Libéria descobriu que fraude e salários pagos a "trabalhadores fantasmas" representavam $2,7 milhões de dólares em fundos extraviados. Na Serra Leoa, os trabalhadores da Cruz Vermelha teriam conspirado com funcionários bancários para roubar $2 milhões de dólares. O uso corrupto da ajuda de emergência retira fundos diretamente daqueles que mais precisam deles.[16] Com os novos casos de Ébola encontrados na República Democrática do Congo, há uma preocupação de que fundos que salvam vidas também correm o risco de serem mal utilizados.

RESULTADOS POR SERVIÇO

Percentagem de pessoas que usaram esses serviços e pagaram suborno nos últimos 12 meses.[17]



POLÍCIA EM FOCO

Percentagem de pessoas que entraram em contacto com a polícia nos últimos 12 meses e pagaram suborno.

28%

MAIS ALTO

75%	61%	52%
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	GUINÉ	BENIM

MAIS BAIXO

3%	5%	7%
CABO VERDE	MAURÍCIA	BOTSUANA

Quem paga subornos?[18]

A nossa análise complementar verificou quais os utentes de serviços públicos que correm mais risco de ter que pagar subornos para aceder a serviços públicos básicos. Os resultados mostram que, embora nem todos estejam sob os mesmos riscos, a corrupção afeta o acesso de muitas pessoas aos serviços.

Resultados por género

Nos últimos 12 meses, os homens que usaram serviços básicos foram um pouco mais propensos a pagarem subornos do que as mulheres. Esse resultado pode refletir o papel mais tradicional dos homens na supervisão das finanças da família e, talvez, a probabilidade de assumirem a responsabilidade pelo pagamento de suborno para que a família tenha acesso a serviços básicos.
No entanto, o pesquisa mostra que a corrupção afeta também as mulheres, o que pode sobrecarregar os orçamentos familiares. Esforços para combater a corrupção devem procurar apoiar vítimas tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, incluindo o fornecimento de canais de denúncia seguros, onde as denúncias são levadas a sério e postas em prática.

HOMENS
32%

MULHERES
25%

Resultados por nível de pobreza

Os cidadãos que vivem na pobreza são muito mais vulneráveis à corrupção do que os cidadãos ricos. Constatamos que duas em cada cinco das pessoas mais pobres pagaram subornos para obter serviços públicos, enquanto que apenas uma em cada cinco das pessoas mais ricas pagaram subornos para obter serviços públicos.[19]
Este resultado destaca como aqueles que vivem na pobreza têm menos poder para enfrentar os abusos de funcionários públicos corruptos. As pessoas ricas geralmente têm mais opções disponíveis, incluindo o uso de serviços do setor privado.

ENTRE OS MAIS POBRES
36%

MODERADAMENTE POBRES
31%

MODERADAMENTE RICOS
25%

ENTRE OS MAIS RICOS
19%

Resultados por idade

Os jovens com idades entre 18 e 34 anos são mais propensos a pagarem suborno do que as pessoas com 55 anos ou mais. Pouco menos de um em cada três jovens que usaram serviços básicos teve que pagar suborno, em comparação com um em cada cinco idosos.
Mais pesquisas são necessárias para verificar se as pessoas mais velhas são menos solicitadas a pagarem subornos do que as pessoas mais jovens, ou se são mais propensas a resistirem caso sejam solicitadas.

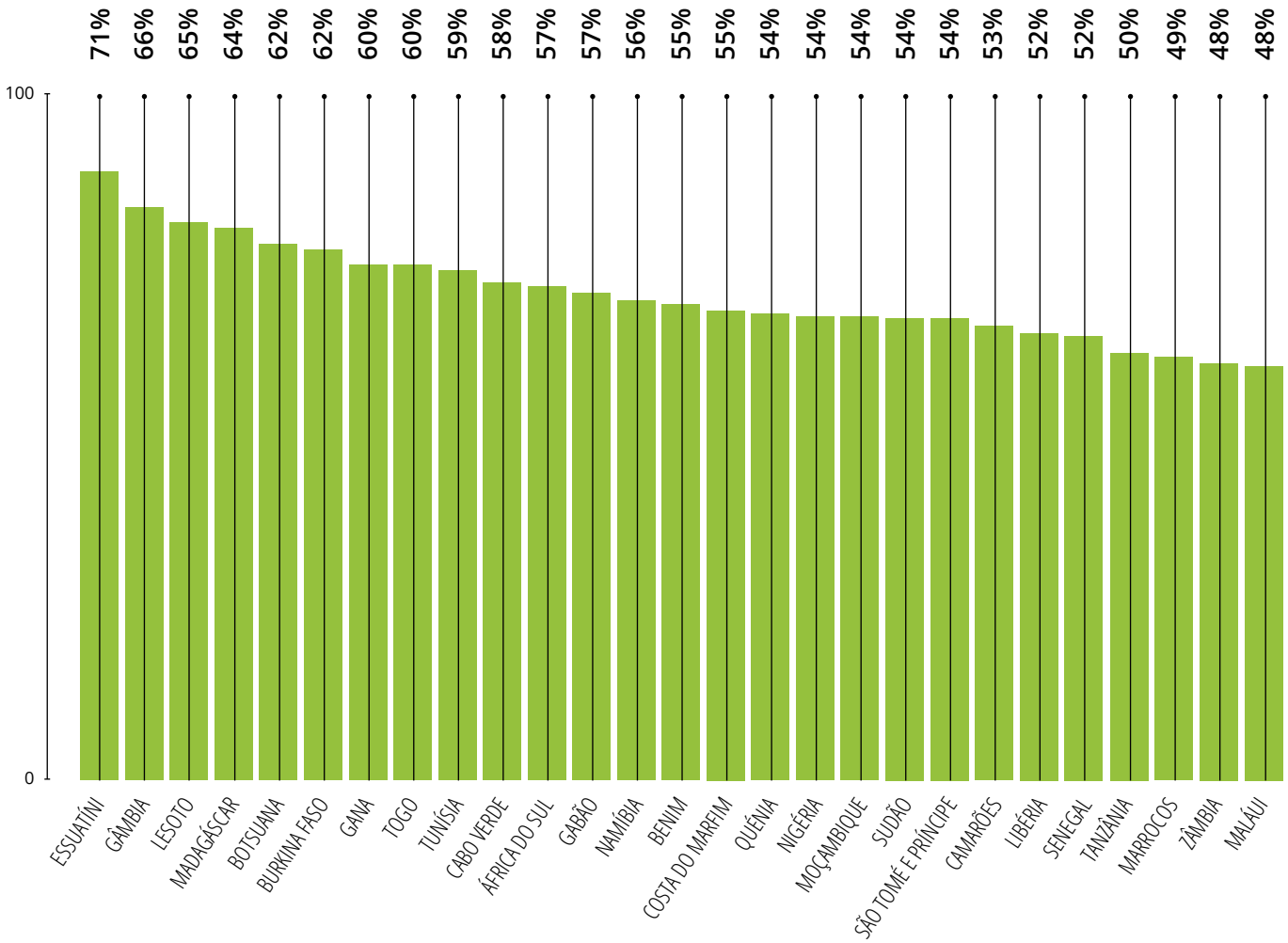
18-34 ANOS
32%

35-54 ANOS
27%

55 ANOS OU MAIS
18%

TOMAR MEDIDAS

Vários requisitos básicos são fundamentais para reduzir a prevalência da corrupção: garantir que as pessoas possam denunciar com segurança a corrupção caso isso lhes ocorra, garantir que as punições sejam aplicadas de forma justa, permitir que ONGs operem livremente e capacitar os cidadãos a exigirem a prestação de contas dos seus governos.
A pesquisa constatou que, embora existam obstáculos para esses esforços de combate à corrupção na região, muitas pessoas estão prontas e dispostas a agirem.

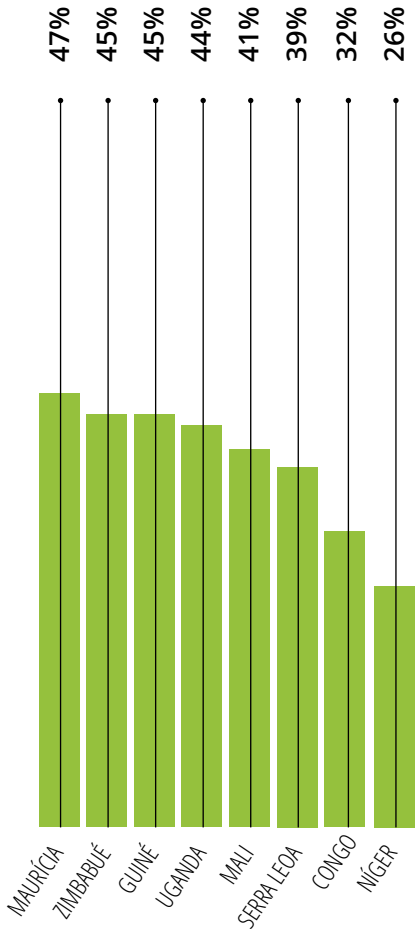


Os cidadãos podem ajudar a impedir a corrupção

Apesar do medo de retaliação e da falta de ação, as pessoas mostram-se esperançosas. 53% dos cidadãos acreditam que as pessoas comuns podem fazer a diferença na luta contra a corrupção.

Isto é especialmente verdadeiro em Essuatíni, Gâmbia e Lesoto, onde de 65% a 71% das pessoas acreditam que a sua voz é importante.

No entanto, muito menos pessoas no Níger (26%), Congo (32%) e Serra Leoa (39%) acham que podem fazer a diferença, sugerindo que os governos desses países precisam fazer mais para envolver os cidadãos e para demonstrar que as ações dos cidadãos estão a levar a mudanças positivas.



53%

PENSAM QUE AS PESSOAS COMUNS **PODEM FAZER A DIFERENÇA** NO COMBATE À CORRUPÇÃO

39%

PENSAM QUE AS PESSOAS COMUNS **NÃO PODEM FAZER A DIFERENÇA** NO COMBATE À CORRUPÇÃO

CIDADÃOS COMUNS PODEM FAZER A DIFERENÇA NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Percentagem que concorda[20]

Denúncias de corrupção

Relatar casos de corrupção às autoridades competentes é essencial para o trabalho de combate à corrupção. Ainda assim, os resultados mostram que dois terços dos africanos pensam que, se as pessoas denunciarem a corrupção, sofrerão retaliação[21] e muitas pessoas acreditam que os canais de denúncia são ineficazes.

As pessoas estão particularmente preocupadas com a retaliação no Gabão, Essuatíni, Maláui, São Tomé e Príncipe, Uganda, Nigéria, Quénia e Togo. Nestes países, mais de três quartos dos cidadãos temem esse tipo de retaliação.

Com 39%, a Gâmbia tem a menor percentagem de pessoas que temem retaliação. No entanto, esta continua a ser uma proporção preocupantemente alta.

Menos de metade dos entrevistados acha que denunciar corrupção levará a qualquer ação (43%).

A maioria dos cidadãos do Lesoto, Maurícia, Cabo Verde, Botsuana, Essuatíni e Gâmbia pensam que denunciar a corrupção pode levar a mudanças (55% ou mais).

No entanto, isso cai para menos de um terço na Libéria, Guiné, Nigéria, Togo, Gabão e Namíbia, onde as pessoas estão muito menos confiantes de que alguma ação seria tomada (menos de 33%).

Os mecanismos de denúncia podem dissuadir os funcionários do governo que, de outra forma, optariam pelo seu envolvimento em casos de corrupção. No entanto, se as vítimas tiverem medo de retaliação ao usarem esses mecanismos ou acharem que eles não são ineficazes, esses mecanismos não serão utilizados. Os canais de denúncia jornalística precisam ser seguros e protegidos, fornecendo confidencialidade e anonimato aos jornalistas envolvidos. Reclamações devem ser devidamente investigadas e os perpetradores devem ser responsabilizados.

67% **TEMEM RETALIAÇÃO** CASO DENUNCIEM CASOS DE CORRUPÇÃO

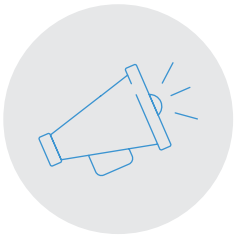
28% ACREDITAM QUE PODEM RELATAR CASOS DE CORRUPÇÃO LIVREMENTE, **SEM CONSEQUÊNCIAS**

Centros de advocacia e assessoria jurídica

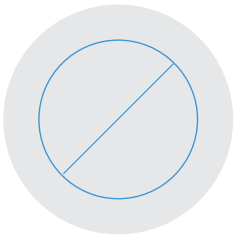
Em muitos países africanos, através dos nossos Centros de advocacia e assessoria jurídica (ALAC), a Transparency International oferece orientação e apoio aos cidadãos caso precisem denunciar um caso de corrupção que tenham vivenciado ou testemunhado. Os governos devem apoiar e trabalhar com mecanismos como esses para garantir que as reclamações sejam investigadas de forma eficaz e segura pelas autoridades competentes.

Espaço cívico

Há um amplo apoio entre os cidadãos pela liberdade de se juntar a ONGs e organizações cívicas como a Transparency International, que podem atuar como vigilantes da corrupção e monitorar o uso indevido de poder governamental.
O maior apoio à liberdade de se juntar a ONGs foi expresso no Gabão, no Senegal, em Madagáscar e no Togo. Nesses locais, mais de quatro em cada cinco cidadãos pensam que as pessoas devem ser livres para se juntar a qualquer organização que desejarem.



62% DAS PESSOAS DIZEM QUE APOIAM **A LIBERDADE DAS PESSOAS** DE SE JUNTAREM A QUALQUER ORGANIZAÇÃO DE SUA ESCOLHA[22]

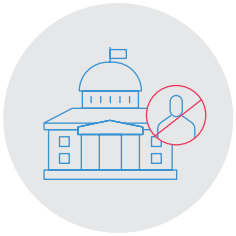


NO ENTANTO, **33%** DAS PESSOAS DIZEM QUE ELAS ACHAM QUE O GOVERNO DEVERIA SER CAPAZ DE **BANIR QUALQUER ORGANIZAÇÃO** QUE SEJA CONTRA AS SUAS POLÍTICAS[23]

Governos responsáveis

Há um amplo apoio entre os cidadãos para que os governos sejam mais responsáveis perante o público. Quando os cidadãos estão envolvidos na tomada de decisões, é mais provável que os resultados sejam de interesse público, em vez de responderem a interesses corporativos e políticos específicos.
Os cidadãos do Benim, do Gabão, do Mali, do Togo e da Gâmbia são os que mais apoiam a prestação de contas do governo, pois mais de três quartos dos entrevistados concordam que os governos devem ser responsáveis perante os cidadãos.
A opinião dos cidadãos na África do Sul, Tanzânia, Madagáscar, Moçambique e Namíbia está mais dividida. Cerca de metade das pessoas nesses países prefere um governo que faça as coisas, mesmo que os cidadãos não possam influenciar na sua tomada de decisão.

62% DAS PESSOAS ACHAM QUE É IMPORTANTE QUE OS CIDADÃOS SEJAM CAPAZES DE EXIGIR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SEUS GOVERNOS, MESMO QUE ISSO SIGNIFIQUE QUE AS DECISÕES SEJAM TOMADAS MAIS LENTAMENTE[24]



ENQUANTO QUE APENAS **34%** DAS PESSOAS ACREDITAM QUE É MAIS IMPORTANTE TER UM GOVERNO QUE TOME DECISÕES, MESMO QUE AS PESSOAS NÃO POSSAM INFLUENCIAR AQUILO QUE ELE FAZ[25]

CONCLUSÃO

Os resultados da última edição do *Barómetro de Corrupção Global – África* da Transparency International, desenvolvidos principalmente a partir dos dados da ronda 7 de pesquisas da Afrobarometer, revelam uma falta de satisfação generalizada em relação ao ritmo do progresso no combate à corrupção.

Embora as percepções da extensão do problema da corrupção variem consideravelmente em todo o continente, muitos cidadãos consideram a corrupção como uma prática em ascensão, que os governos estão a fazer muito pouco para resolver o problema e que o suborno é uma ocorrência demasiado comum em muitos países.

Os resultados do Congo, Sudão e Gabão são particularmente preocupantes. Os altos e crescentes níveis de corrupção – juntamente com a insatisfação perante esforços do governo para enfrentá-la – destacam a necessidade urgente de compromissos mais fortes contra a corrupção nesses países.

Na Serra Leoa e Libéria, a alta frequência de subornos pagos a serviços públicos também é uma questão urgente. Os cidadãos precisam de ser capazes de receberem serviços públicos essenciais sem a necessidade de pagarem subornos.

No entanto, alguns países são vistos como melhores do que outros no combate à corrupção, pelo menos de acordo com as opiniões dos seus cidadãos. Em geral, os cidadãos de Cabo Verde e Maurícia pensam que há relativamente pouca corrupção no setor público, sendo que um número pequeno de subornos é pago para aceder a serviços públicos. Na Gâmbia, os cidadãos acham que a corrupção diminuiu recentemente e que os esforços do governo para combater a corrupção estão a melhorar. Dado que a situação no país é agora incerta, as opiniões dos cidadãos devem ser acompanhadas através de pesquisas futuras para verificar como respondem aos desenvolvimentos mais recentes.

Os governos africanos devem-se comprometer com a implementação dos esforços de combate à corrupção. Isso requer a adoção e a aplicação de estruturas jurídicas abrangentes, o fortalecimento das suas instituições, a garantia de processos éticos para contratações e a transparência do financiamento dos partidos políticos. Eles também precisam proteger denunciantes e apoiar direitos civis e políticos, bem como cooperar com outras nações que investigam a corrupção. Também é fundamental estabelecer registos públicos que nomeiem os proprietários de empresas de fachada e tomar medidas contra bens roubados.

Todas as principais economias e centros financeiros *offshore* têm um papel a desempenhar. Para impedir o fluxo de dinheiro sujo para fora de África, eles devem combater a lavagem de dinheiro, apoiar o retorno de ativos desviados e estabelecer registos públicos. Para garantir que as suas próprias empresas não aumentem a corrupção na África, os países também devem aplicar efetivamente a Convenção da OCDE sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Estrangeiros.

Os cidadãos africanos merecem países livres de corrupção. Líderes no continente e em todo o mundo devem agir com urgência, compromisso e integridade.

NOTA SOBRE A METODOLOGIA

A décima edição do *Barómetro Global de Corrupção – África* foi implementada pela Afrobarometer, como parte da sua Ronda 7 de pesquisas, em colaboração com a Transparency International. Uma pesquisa separada foi encomendada pela Transparência Internacional para a República Democrática do Congo (RDC). Esta foi conduzida pela Omega Research.

Afrobarometer

Desde 1999, a Afrobarometer recolhe dados sobre a opinião pública na África, sobre temas que vão desde democracia e governação até gestão económica e confiança. A instituição facilita o uso desses dados para promover a voz dos cidadãos, informar as políticas públicas e exigir a prestação de contas dos governos.
A Afrobarometer lidera uma rede de pesquisa pan-africana e não partidária que conduz pesquisas de atitude pública em países africanos. Ela utiliza métodos de entrevista individual auxiliados por computador para conduzir entrevistas presenciais no idioma escolhido pelo entrevistado. Amostras representativas a nível nacional, com 1.200-2.400 entrevistados, oferecem resultados por país com uma margem de erro de +/- 3 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. O relatório baseia-se em dados de 45.823 entrevistas realizadas em 34 países (onde vive quase 80% da população do continente) entre setembro de 2016 e setembro de 2018. Os dados são ponderados para garantir amostras nacionalmente representativas. Tendo em vista os nossos objetivos comuns, a Transparency International e a Afrobarometer são associadas desde 2014 para captar dados de opinião pública sobre a percepção e a experiência de corrupção em toda a África.

Omega Research

A pesquisa no Congo foi organizada e conduzida pela Omega Research. Todo o trabalho de campo foi concluído através de uma metodologia de pesquisa individual nos seguintes idiomas: Inglês, francês, lingala e suaíli. As entrevistas presenciais foram conduzidas através de entrevista pessoal assistida por computador. Foi utilizada uma amostra aleatória estratificada. A amostra foi estratificada por região e por nível de urbanização. Unidades de amostragem secundária foram selecionadas de acordo com uma distância de até três horas da estrada mais próxima. As famílias foram selecionadas aleatoriamente através de uma caminhada aleatória. O entrevistado foi selecionado aleatoriamente entre todos os adultos da casa usando um método de grelha de Kish. Os resultados são ponderados para serem representativos nacionalmente de acordo com os dados populacionais disponíveis. Os resultados têm uma margem de erro de +/- 2,8 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%.

Comparação

Para médias multi-país, foi aplicado um fator de ponderação adicional para que os tamanhos das amostra para cada país fossem iguais. Os resultados globais para África são equivalentes a uma média dos países pesquisados.

País	Organização de topografia	Datas do trabalho de campo	Dimensão da amostra
Países da Afrobarometer			
Benim	Institute for Empirical Research in Political Economy (IREEP)	24 dez 2016 – 2 jan 2017	1.200
Botsuana	Star Awards (Pty) Ltd	21 jun – 5 jul 2017	1.198
Burkina Faso	Centre for the Democratic Governance of Burkina Faso (CGD)	2-18 out 2017	1.200
Cabo Verde	Afrosondagem	20 nov – 6 dez 2017	1.200
Camarões	Centre d'Etudes et de Recherche en Economie et Gestion (CEREG) Université de Yaounde II	7-25 maio 2018	1.202
Costa do Marfim	Centre de Recherche et de Formation sur le Développement Intégré (CREFDI)	30 dez 2016 – 11 jan 2017	1.200
Essuatíni	ActivQuest	1-28 mar 2018	1.200
Gabão	Centre de Recherche en Geosciencs Politiques et Prospective (CERGEP)	2-14 nov 2017	1.199
Gâmbia	Center for Policy Research and Strategic Studies (CEPRASS)	23 jul – 12 ago 2018	1.200
Gana	Center for Democratic Development (CDD-Ghana)	9-25 set 2017	2.400
Guiné	DG Stat View International	13-31 maio 2017	1.194
Quénia	Institute for Development Studies, University of Nairobi	13 set – 8 out 2016	1.599
Lesoto	Assessoria (PTY) Limited	25 nov – 11 dez 2017	1.200
Libéria	The Khana Group	19 jun – 16 jul 2018	1.200
Madagáscar	COEF Resources	20 jan – 26 fev 2018	1.200
Maláui	Centre for Social Research, University of Malawi	26 dez 2016 – 14 fev 2017	1.200
Mali	Groupe de Recherche en Économie Appliquée et Théorique (GREAT)	8-24 fev 2017	1.200
Maurícia	StraConsult Ltd	30 set – 1 nov 2017	1.200
Marrocos	Global for Survey and Consulting (GSC)	13-28 maio 2018	1,200
Moçambique	IPSOS Limited (Moçambique)	13 jun – 3 set 2018	2,392
Namíbia	Survey Warehouse	6 nov – 21 dez 2017	1,200
Níger	Laboratoire d'Etudes et de Recherches sur les Dynamiques Sociales et le Développement Local (LASDEL)	13-30 abril 2018	1,200
Nigéria	Practical Sampling International (PSI)	26 abril – 10 maio 2017	1,600
São Tomé e Príncipe	Afrosondagem	29 jun – 22 jul 2018	1.200
Senegal	Carrefour d'Etudes et de Recherches-Action pour la Démocratie et le Développement (CERADD)	2-19 dez 2017	1.200
Serra Leoa	ITASCAP Limited	6-28 jul 2018	1.200
África do Sul	Plus 94	30 jul – 26 set 2018	1.840
Sudão	Sudan Polling Survey Center	22 jul – 25 ago 2018	1.200
Tanzânia	REPOA Policy Research for Development	30 abril – 17 junho 2017	2.400
Togo	Center for Research and Opinion Polls (CROP)	11-23 nov 2017	1.200
Tunísia	One-to-One Research and Polling (121)	31 mar – 7 maio 2018	1.199
Uganda	Hatchile Consult Ltd	26 dez 2016 – 8 jan 2017	1.200
Zâmbia	RuralNet	8-25 abr 2017	1.200
Zimbabué	Mass Public Opinion Institute	28 jan – 10 fev 2017	1.200
Pesquisas adicionais			
República Democrática do Congo	Omega Research	5 fev – 29 mar 2018	1,282

CARTÕES NACIONAIS

CABO VERDE

39% das pessoas acham que a corrupção aumentou nos últimos 12 meses

8% dos utentes de serviços públicos pagaram suborno nos últimos 12 meses

61% acham que o seu governo está a fazer pouco no combate à corrupção

58% acham que os cidadãos comuns podem fazer a diferença no combate à corrupção

TAXAS DE SUBORNO *

** Baseado em pessoas que usaram estes serviços públicos nos últimos 12 meses.*

	2015	2019
Taxa geral de suborno	2%	8%
Escolas públicas	2%	7%
Clínicas públicas e centros de saúde	1%	4%
Documentos de identificação	1%	6%
Utilidade pública	1%	8%
Polícia	0%	3%

O NÍVEL DE CORRUPÇÃO MUDOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES?

	2015	2019
Aumentou	49%	39%
Diminuiu	14%	20%
Manteve-se igual	20%	29%
Não sabe	18%	12%
Recusou-se a responder	0%	0%

AS PESSOAS COMUNS PODEM FAZER A DIFERENÇA NO COMBATE À CORRUPÇÃO?

	2015	2019
Sim	55%	58%
Não	34%	31%
Nem sim nem não	3%	6%
Não sabe/recusou-se a responder	8%	5%

CORRUPÇÃO POR INSTITUIÇÃO *

** Percentagem de pessoas que pensam que a maioria ou todas as pessoas nas seguintes instituições são corruptas.*

INSTITUIÇÃO	2015	2019
Presidente/Primeiro Ministro	12%	16%
Membros do parlamento	13%	16%
Autoridades governamentais	15%	16%
Funcionários do governo local	15%	17%
Polícia	19%	23%
Juízes e magistrados	9%	11%
Líderes religiosos	6%	11%
ONGs	-	9%
Executivos de empresas	19%	20%
Líderes tradicionais	-	-

O GOVERNO ESTÁ A FAZER UM BOM OU MAU TRABALHO NO COMBATE À CORRUPÇÃO?

	2015	2019
Bom	23%	26%
Mau	61%	61%
Não sabe	17%	12%
Recusou-se a responder	0%	0%

MOÇAMBIQUE

49% das pessoas acham que a corrupção aumentou nos últimos 12 meses

35% dos utentes de serviços públicos pagaram suborno nos últimos 12 meses

50% acham que o seu governo está a fazer pouco no combate à corrupção

54% acham que os cidadãos comuns podem fazer a diferença no combate à corrupção

TAXAS DE SUBORNO *

** Baseado em pessoas que usaram estes serviços públicos nos últimos 12 meses.*

	2015	2019
Taxa geral de suborno	34%	35%
Escolas públicas	26%	22%
Clínicas públicas e centros de saúde	23%	17%
Documentos de identificação	27%	17%
Utilidade pública	39%	32%
Polícia	40%	28%

O NÍVEL DE CORRUPÇÃO MUDOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES?

	2015	2019
Aumentou	48%	49%
Diminuiu	20%	19%
Manteve-se igual	18%	19%
Não sabe	14%	13%
Recusou-se a responder	0%	1%

AS PESSOAS COMUNS PODEM FAZER A DIFERENÇA NO COMBATE À CORRUPÇÃO?

	2015	2019
Sim	49%	54%
Não	30%	24%
Nem sim nem não	10%	8%
Não sabe/recusou-se a responder	12%	14%

CORRUPÇÃO POR INSTITUIÇÃO *

** Percentagem de pessoas que pensam que a maioria ou todas as pessoas nas seguintes instituições são corruptas.*

INSTITUIÇÃO	2015	2019
Presidente/Primeiro Ministro	18%	23%
Membros do parlamento	23%	24%
Autoridades governamentais	33%	37%
Funcionários do governo local	30%	27%
Polícia	43%	47%
Juízes e magistrados	27%	28%
Líderes religiosos	18%	22%
ONGs	-	26%
Executivos de empresas	33%	28%
Líderes tradicionais	21%	-

O GOVERNO ESTÁ A FAZER UM BOM OU MAU TRABALHO NO COMBATE À CORRUPÇÃO?

	2015	2019
Bom	36%	37%
Mau	49%	50%
Não sabe	15%	12%
Recusou-se a responder	0%	1%

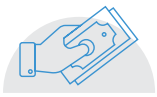
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

56% das pessoas acham que a corrupção aumentou nos últimos 12 meses

16% dos utentes de serviços públicos pagaram suborno nos últimos 12 meses

58% acham que o seu governo está a fazer pouco no combate à corrupção

54% acham que os cidadãos comuns podem fazer a diferença no combate à corrupção



TAXAS DE SUBORNO *

** Baseado em pessoas que usaram estes serviços públicos nos últimos 12 meses.*

	2015	2019
Taxa geral de suborno	23%	16%
Escolas públicas	18%	3%
Clínicas públicas e centros de saúde	17%	4%
Documentos de identificação	18%	9%
Utilidade pública	11%	12%
Polícia	26%	13%

O NÍVEL DE CORRUPÇÃO MUDOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES?

	2015	2019
Aumentou	40%	56%
Diminuiu	29%	20%
Manteve-se igual	18%	16%
Não sabe	13%	7%
Recusou-se a responder	0%	1%

AS PESSOAS COMUNS PODEM FAZER A DIFERENÇA NO COMBATE À CORRUPÇÃO?

	2015	2019
Sim	50%	54%
Não	32%	36%
Nem sim nem não	4%	5%
Não sabe/recusou-se a responder	13%	5%

CORRUPÇÃO POR INSTITUIÇÃO *

** Percentagem de pessoas que pensam que a maioria ou todas as pessoas nas seguintes instituições são corruptas.*

INSTITUIÇÃO	2015	2019
Presidente/Primeiro Ministro	18%	21%
Membros do parlamento	16%	22%
Autoridades governamentais	19%	16%
Funcionários do governo local	16%	19%
Polícia	28%	26%
Juízes e magistrados	26%	22%
Líderes religiosos	10%	9%
ONGs	-	6%
Executivos de empresas	24%	14%
Líderes tradicionais	-	-

O GOVERNO ESTÁ A FAZER UM BOM OU MAU TRABALHO NO COMBATE À CORRUPÇÃO?

	2015	2019
Bom	40%	31%
Mau	45%	58%
Não sabe	14%	11%
Recusou-se a responder	0%	1%

NOTAS FINAIS

1 A Afrobarometer conduziu pesquisas em Benim, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, Costa do Marfim, Congo, Essuatíni (antiga Suazilândia), Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quénia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué. A Omega Research conduziu o pesquisa na República Democrática do Congo (RDC).

2 Para calcular o número total de pagadores de suborno em África, utilizamos as taxas de suborno nacionais (a percentagem de todos os adultos no país que pagaram um suborno) para calcular o número de pagadores de suborno em cada país. Em seguida, adicionamos o número projetado de pagadores de suborno em todos os 35 países, o que deu um total de 129,6 milhões. Com o propósito de facilitar o relatório, arredondamos esse valor para 130 milhões. Fonte: População da ONU estimada. 18 anos ou mais.

3 Fonte: Dados da 7ª ronda da AB para 34 países. Dados adicionais do Congo cujo pesquisa foi realizado pela Omega Research. P: Na sua opinião, no ano passado, o nível de corrupção neste país aumentou, diminuiu ou permaneceu o mesmo? Opções de resposta: Aumentou muito; Aumentou um pouco; Permaneceu o mesmo; Diminuiu um pouco; Diminuiu muito; Não sei. Base. Todos os entrevistados, excluindo os que faltaram.

4 Seis por cento dos entrevistados relataram "Não sei".

5 Transparency International (2019), End corruption to protect human rights in Sudan https:// www.transparency.org/news/press-release/end_corruption_to_pro-tect_human_rights_in_sudan

6 BBC (2017) Gambia elections: President-elect Adama Barrow's life story, https:// www.bbc. com/news/world-africa-38185428

7 Courtright, J. (2018) Tensions escalate in the new Gambia, New Internationalist, https:// newint.org/features/web-exclu- sive/2018/03/21/division-threat- ens-gambi

8 ENCA (2019), More than half of Madagascar MPs suspected of corruption, https://www.enca. com/news/more-half-madagas- car-mps-suspected-corruption

9 Export.Gov (2016) Lesotho – Corruption, https://www.export. gov/article?id=Lesotho-Corruption

10 Government of Lesotho (2018), PM urges all to stop corruption, https://www.gov.ls/pm-urges- all-to-stop-corruption/

11 Fonte: Dados da 7ª ronda da AB para 34 países. Dados adicionais do Congo cujo pesquisa foi realizado pela Omega Research. P: Quão bem ou mal o atual governo está a lidar com os seguintes assuntos?

Ou não sabe o suficiente para dizê-lo? "Combater a corrupção no governo". Opções de resposta: Muito mal; Razoavelmente mal; Razoavelmente bem; Muito bem; Não sei; Recusou-se a responder. Base. Todos os entrevistados, excluindo os que faltaram.

12 Fonte: Dados da 7ª ronda da AB para 34 países. Dados adicionais do Congo cujo pesquisa foi realizado pela Omega Research. P. Quantas das pessoas a seguir acha que estão envolvidas em corrupção? Ou não sabe o suficiente para dizê-lo? Opções de resposta: Nenhuma; Algumas delas; A maioria delas; Todas elas; Não sei; Recusou-se a responder. Todos os entrevistados, excluindo os que faltaram.

13 Fonte: Dados da 7ª ronda da AB para 34 países. Dados adicionais do Congo cujo pesquisa foi realizado pela Omega Research. P: Respostas agrupadas. Nos últimos 12 meses teve contacto com a) uma escola pública b) uma clínica pública ou hospital c) o governo para obter um documento de identidade (ou seja, uma certidão de nascimento, carteira de motorista, passaporte ou cartão de eleitor ou uma autorização) d) o governo para obter água, saneamento ou serviços elétricos e) a polícia - para obter assistência policial ou f) postos de controle, durante verificações de identidade ou paradas de trânsito, ou durante uma investigação? Os entrevistados que tiveram contacto com qualquer um desses serviços públicos foram então indagados: "Com que frequência, se alguma vez, teve que pagar um suborno, dar um presente ou fazer um favor?" para cada serviço. Opções de resposta: Nunca; Uma ou duas vezes; Algumas vezes; Frequentemente; Não sei; Recusou-se a responder. Base. Todos os entrevistados que tiveram contacto com pelo menos um serviço público nos últimos 12 meses. Percentagens referem-se àqueles que disseram ter pago um suborno pelo menos uma vez por qualquer serviço.

14 O cálculo do suborno é feito agrupando-se as respostas daqueles que disseram ter pago um suborno pelo menos uma vez para qualquer um dos seguintes serviços: Escolas públicas, clínicas públicas e hospitais, emissão de documentos de identidade, serviços públicos ou polícia (seja para obter assistência ou para evitar algum controle). Base: todos aqueles que responderam que tiveram contacto nos últimos 12 meses com algum dos serviços. N = 39.983 entrevistados.

15 Com base nos dados populacionais de 2015, contando apenas aqueles com 18 anos ou mais.

16 FPA (2019), Sierra Leone Takes in Seeking Justice for Misused Ebola Fund as Liberia Still Relaxed over Corruption Allegation, https://frontpageafricaonline.com/news/sierra-leone-takes-in-seeking-justice-for-misused-ebola-fund-as-liberia-still-relaxed-over-corruption-allegation/

17 Fonte: Dados da 7ª ronda da AB para 34 países. Dados adicionais do Congo cujo pesquisa foi realizado pela Omega Research. P: Nos últimos 12 meses teve contacto com a) uma escola pública b) uma clínica pública ou hospital c) o governo para obter um documento de identidade (ou seja, uma certidão de nascimento, carteira de motorista, passaporte ou cartão de eleitor ou uma autorização) d) o governo para obter água, saneamento ou serviços elétricos e) a polícia - para obter assistência policial ou f) postos de controle, durante verificações de identidade ou paradas de trânsito, ou durante uma investigação? Os entrevistados que responderam que tiveram contacto com cada um desses serviços públicos foram então indagados: "Com que frequência, se alguma vez, teve que pagar um suborno, dar um presente ou fazer um favor?" para cada serviço. Opções de resposta: Nunca; Uma ou duas vezes; Algumas vezes; Frequentemente; Não sei; Recusou-se a responder. Base. Todos os entrevistados que tiveram contacto com cada serviço nos últimos 12 meses. Percentagens referem-se àqueles que disseram ter pago um suborno pelo menos uma vez.

18 P. Respostas agrupadas de seis perguntas sobre o contacto com serviços públicos. Base. Todos os entrevistados que tiveram

contacto com pelo menos cinco serviços públicos nos últimos 12 meses. Percentagens referem-se àqueles que disseram ter pago um suborno pelo menos uma vez por qualquer serviço.

19 Os resultados baseiam-se no Lived Poverty Index da Afrobarometer, uma escala de quatro pontos que mede a frequência com que as pessoas não têm acesso a necessidades básicas (comida suficiente, água limpa suficiente, medicamentos ou assistência médica, combustível suficiente para cozinhar, rendimento básico).

20 Fonte: Dados da 7ª ronda da AB para 34 países. Dados adicionais do Congo cujo pesquisa foi realizado pela Omega Research. P: Por favor, diga-me se concorda ou discorda com a seguinte declaração: As pessoas comuns podem fazer a diferença no combate à corrupção. Opções de resposta: Discordo fortemente; Discordo; Não concordo nem discordo; Concordo; Concordo plenamente; Não sei; Recusou-se a responder. Base. Todos os entrevistados, excluindo os que faltaram.

21 P. Neste país, pessoas comuns podem relatar incidentes de corrupção sem medo? Ou correm riscos de retaliação ou outras consequências negativas caso denunciem corrupção? Opções de resposta: Podem denunciar sem medo; Medo de represálias; Não sei; Recusou-se a responder. Base. Todos os entrevistados, excluindo os que faltaram.

22 Esta pergunta não foi feita no Congo.

23 P. Falaremos um pouco sobre o tipo de sociedade que gostaria de ter neste país. Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião? Escolha a declaração 1 ou a declaração 2. Declaração 1: O governo deve ser capaz de proibir qualquer organização que contrarie as suas políticas. Declaração 2: Devemos ser capazes de nos juntar a qualquer organização, quer o governo aprove-a ou não. Opções de resposta: Concorda ou concorda fortemente? Base. Todos os entrevistados, excluindo os que faltaram.

24 Esta pergunta não foi feita no Congo.

25 P. Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião? Escolha a declaração 1 ou a declaração 2. Declaração 1: É mais importante ter um governo que faça as coisas, mesmo que nós não possamos influenciar aquilo que o governo faz. Declaração 2: É mais importante que os cidadãos sejam capazes de exigir a prestação de contas dos seus governos, mesmo que isso signifique que as decisões serão tomadas mais lentamente. Opções de resposta: Concorda ou concorda fortemente? Base. Todos os entrevistados, excluindo os que faltaram.

Agradecimentos

Um apoio generoso para este relatório foi fornecido pela Ernst & Young e Global Affairs Canada.

Reconhecemos com gratidão essas contribuições. A responsabilidade pelo conteúdo é inteiramente do(s) autor(es). Os contribuidores não partilham necessariamente das visões e interpretações expressas. Para obter uma lista completa de todos os colaboradores e para saber como pode apoiar nosso trabalho, visite:
www.transparency.org

CRIE MUDANÇAS CONOSCO

ENVOLVA-SE

Siga-nos, compartilhe as suas opiniões e discuta a corrupção com pessoas de todo o mundo nas redes sociais.

APRENDA

Visite o nosso site para saber mais sobre o nosso trabalho em mais de 100 países e inscreva-se para receber as últimas notícias no combate à corrupção.
transparency.org

DOAÇÕES

A sua doação ajudar-nos-á a fornecer apoio a milhares de vítimas da corrupção, a desenvolver novas ferramentas e pesquisas e a exigir de governos e empresas as suas promessas. Queremos construir um mundo mais justo e igualitário. Com a sua ajuda, chegaremos lá.
transparency.org/donate

Transparency International
Secretariado Internacional
Alt-Moabit 96, 10559 Berlim, Alemanha

Telefone: +49 30 34 38 200
Fax: +49 30 34 70 39 12

ti@transparency.org
www.transparency.org

Blog: voices.transparency.org
Facebook: /transparencyinternational
Twitter: @anticorruption